



562  
/

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA 14ª  
VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

PROCESSO Nº00673812020154013400

1101 142 0220  
14ª VARA  
JUSTIÇA FEDERAL-DF

A **UNIÃO FEDERAL** (FAZENDA NACIONAL), através da procuradora que esta subscreve, nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, vem apresentar **CONTRARRAZÕES** aos **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** opostos pela parte contrária.

#### **I – DA AUSÊNCIA DE OMISSÃO**

Como se sabe, os embargos de declaração somente são cabíveis, quando "*houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição*" ou "*for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal*", nos termos do artigo 1022 do Código de Processo Civil.

Todavia, não é o que se constata *in casu*, haja vista que a r. decisão ora embargada enfrentou todas as questões suscitadas **pelo embargante**, tudo em perfeita consonância com os ditames da legislação processual civil, não se verificando a existência da suposta omissão ou contradição apontada pelo Embargante.

Os fundamentos nos quais se suporta a decisão embargada são claros e nítidos, não dando lugar a omissões, obscuridades, dúvidas ou contradições, razão pela qual não é cabível a oposição dos embargos.



Percebe-se, portanto, que os embargos de declaração apresentados pela Embargante tentam, na verdade, substituir a decisão recorrida por outra. Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado do STJ, *verbis*:

**Não pode ser conhecido recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelo de integração não de substituição.** (EDResp nº 15.774/SP, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ de 22.11.93) (g. n.)


Assim, não havendo dúvidas quanto à verdadeira pretensão do Embargante, impõe-se o não conhecimento dos presentes embargos.

## **II – DO PEDIDO**

Pelas razões acima delineadas, requer a União Federal que os embargos de declaração em questão **não sejam conhecidos**, em face de não ter este juízo omitido ponto sobre o qual deveria se manifestar e nem ter sido contraditório nas questões levantadas pelo embargante, ou, assim não entendendo V. Exa., lhe seja negado provimento.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 10 de outubro de 2016

  
**Natália Braga Ferreira Riche**  
**Procuradora da Fazenda Nacional**